



(Des)profissionalização e Jornalismo: “Um Ofício de Fronteira”¹

Rui CAEIRO²

Dayvesson DELEON³

Heitor ROCHA⁴

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O artigo propõe um conjunto de reflexões que têm por base a profissionalização do jornalismo durante o século XIX, procurando relacionar algumas das problemáticas – relacionadas ao método, valores, teoria(s) e prática(s) –, que permitirão pensar o jornalismo na atualidade. Procedemos a esta discussão, tendo em conta o debate inacabado, de resto cada vez mais complexo, em torno da (des)legitimação da atividade jornalística. Olhamos, para tal, a realidade portuguesa, que consideramos exemplar de alguns dos fenômenos que iremos analisar.

PALAVRAS-CHAVE: profissionalização; teoria; prática; realidade portuguesa

INTRODUÇÃO

O dia 29 de dezembro de 1864 ficou marcado, na história do jornalismo em Portugal, pelo lançamento do número zero do Diário de Notícias. Nele, e tomando atenção aos objetivos a que tal publicação se propunha, tornam-se perceptíveis as alterações em andamento nessa área de atuação social:

Interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências (...) Eliminando o artigo de fundo, não discute política nem sustenta polémica. Regista, com a possível verdade, todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, comentá-los a seu sabor” (Tengarrinha, 1965, 1989 *apud* COELHO, 2015, p.33)

¹ Trabalho submetido na DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, a realizar de 02 a 04 de julho de 2015.

² Mestrando do Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, email: rui.caeiro21@hotmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, email: dayvesson@hotmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social e Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, email: hclrocha@hotmail.com



É um jornalismo que procura maior independência em relação às forças políticas e que ambiciona aumentar o número de leitores. Sendo para isso necessário tornar mais barata a aquisição, a estratégia seguida é a de procurar financiamento proveniente de outras fontes: referimo-nos aqui ao peso que a publicidade começa a adquirir, condicionando os produtos midiáticos em termos de formato e conteúdo, uma vez que as metas empresariais são revistas. Paula Lopes (2010, p.2) considera que, para uma compreensão desta mudança de paradigma, será necessário ter em conta a influência de diversos fatores:

os económicos (como, por exemplo, desenvolvimento da economia de mercado, novas formas de financiamento, desenvolvimento da publicidade enquanto fonte de receitas), sociais (como, por exemplo, crescimento da população urbana, escolarização em massa, alfabetização das camadas populares, instituição de escolas públicas, urbanização, desenvolvimento de vias de comunicação terrestres e marítimas), políticos (como, por exemplo, desenvolvimento de governos democráticos – para Nelson Traquina, a relação entre jornalismo e democracia é simbiótica, a liberdade aparece como valor central –, conquista de direitos fundamentais, reconhecimento da liberdade e da democracia como conceitos basilares, reconhecimento da liberdade de imprensa) e industriais/tecnológicos (como, por exemplo, desenvolvimento dos correios e telecomunicações, domínio da técnica tipográfica e aperfeiçoamento das rotativas, rapidez de transmissão da informação ligada ao telégrafo, melhoria na reprodução de imagens – aperfeiçoamento da fotografia).

Olhando a (des)profissionalização de jornalistas como um fenómeno (ainda) em mutação, que não reúne consenso sobre significados e consequências – devido à multiplicidade de relações económicas, sociais, políticas e tecnológicas já mencionadas –, propomo-nos a refletir sobre a temática, percebendo-a como fundamental na problematização do Jornalismo, tanto em relação à estruturação das sociedades atuais como em relação aos papéis, condições de trabalho e responsabilidades sociais dos jornalistas.

Interessa-nos abordar o tema numa perspectiva que trate de questões relacionadas à identidade profissional, como é o caso da legitimidade, formação (acadêmica ou não) e deontologia profissional. Apoiamo-nos primeiro em autores que são enquadrados no heterogêneo bloco teórico da sociologia das profissões (GROHMANN, 2012, p.66). Desejamos apropriarmo-nos das divergências que daí (e de outras teorizações) possam resultar para, relacionando-as, colocar em destaque as indefinições e ambiguidades que dificultam



[...] a construção e afirmação (sempre inacabadas, é certo) de uma identidade profissional clara nos seus contornos, forte na sua coerência interna (“**para si**”) e especificamente reconhecida na sua relação externa (“**para o outro**”). (FIDALGO, 2005, p. 1)

PROFISSÃO (DE JORNALISTA?)

Paula Rocha (2008, p. 5) firma-se nas teorizações de Eliot Freidson (1996) para observar que as profissões são caracterizadas por cinco premissas: realizado em tempo integral, e incluindo o mercado informal, é um tipo de trabalho pago; tem base teórica e caráter especializado; em vez de serem baseadas no livre mercado ou controladas por uma administração externa à profissão, estas caracterizam-se por controlarem a divisão de trabalho, determinada pelas relações que negocia(ra)m as fronteiras jurisdicionais de cada uma; o controle do mercado de trabalho é feito através do credenciamento dos membros da profissão; é exercida pela pessoa que através do ensino superior, fora do mercado de trabalho, obtém conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo de saber.

Estas considerações podem ser úteis para pensarmos o processo (inacabado) da profissionalização de jornalistas, que aqui definimos como diretamente relacionado às transformações políticas, sociais e econômicas experimentadas durante o século XIX: a disputa por um lugar seguro na economia resulta na criação de associações que buscam instituir mecanismos regulatórios de acesso à atividade (desejada) profissional. Tais estratégias, que procuram responder ao aumento da competitividade no campo do trabalho durante o industrialismo capitalista (ROCHA, 2008), têm por finalidade a obtenção de maior liberdade e autonomia. Será igualmente importante, neste debate, refletir sobre “a visão de mundo do jornalista e a concepção de sua própria posição no espaço social” (GROHMANN, 2012, p. 66). Como veremos adiante, estes últimos aspectos são particularmente pertinentes se pensarmos na proletarianização⁵ de jornalistas, que na atualidade prolifera em diversos países, sendo Portugal um exemplo disso. Detendo-nos naquele país ibérico, verificamos que jornalistas são todas as pessoas, maiores de 18 anos, que

como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem

⁵ Entendemos ‘proletarianização’ como um processo em que “as condições de trabalho conduzem numerosas profissões à condição de assalariados [...] Esta proletarianização implica o declínio de competências e qualificações dos profissionais e da sua autonomia de trabalho, graças a um processo em que pela fragmentação, desqualificação e rotinização das actividades profissionais, os trabalhadores tornar-se-iam cada vez mais meros executantes.” (FIDALGO, 2008 *apud* CORREIA, 2011, p.155)



ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão (PORTUGAL, 2007, p. 8052)

São também considerados jornalistas

os cidadãos que, independentemente do exercício efectivo da profissão, tenham desempenhado a actividade jornalística em regime de ocupação principal, permanente e remunerada durante 10 anos seguidos ou 15 interpolados, desde que solicitem e mantenham actualizado o respectivo título profissional. (PORTUGAL, op. cit., p. 8052)

Para aceder à profissão é obrigatório efetuar um estágio “com a duração de 12 meses, em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente, ou de 18 meses nos restantes casos” (PORTUGAL, op. cit., p. 8052), sendo que a habilitação, com o respetivo título, “é emitido e renovado pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, nos termos da lei” (PORTUGAL, op. cit., p. 8052). O regime do estágio (que inclui o acompanhamento do estagiário e a avaliação) é, contudo, regulado “por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do emprego e da comunicação social” (Ibid., p.8058)

Analisando as delimitações jurídicas acima citadas, que julgamos interessantes para problematizar, nesses moldes, o significado e acesso à profissão, lançamos algumas questões: a remuneração e atividade permanente são fatores que por si só têm força para delimitar quem é, ou não, jornalista? Por outro lado, aquele ou aquela que, de forma continua e remunerada, pesquisar, recolher, seleccionar e tratar notícias, num qualquer meio de difusão, pode imediatamente ser reconhecido/a como jornalista? Se pensarmos outras profissões (e levadas em conta as limitações das analogias), veremos que, por exemplo, o médico não perde o seu estatuto profissional se durante determinado período de tempo não existirem clientes; tão pouco ganha esse estatuto qualquer pessoa que se auto-medica. Qual é o peso que o exercício da atividade, acumulado ao longo dos anos, tem na profissionalização e reconhecimento de jornalistas? Na preparação dos futuros profissionais, qual é o papel atribuído ao ensino académico – é ele valorizado? Como, porquê e em que moldes? Desaguamos aqui no pensamento de João Carlos Correia, quando nos diz que

O problema do jornalismo é o sem número de caminhos organizacionais que podem conduzir à carreira e que tornam instável a estandarização da base cognitiva necessária para o exercício da profissão, conduzindo a problemas de



reconhecimento/autoreconhecimento e de legitimidade. (CORREIA, 1998, p.7)

JORNALISMO NOTICIOSO E A PROFISSIONALIZAÇÃO.

As normas técnicas e deontológicas que na atualidade são identificadas como constituintes do jornalismo não são neutras, isto é, precisam ser historicamente contextualizadas. Sendo construções humanas, portanto motivadas socialmente, a sua gênese tem condições, significados e propósitos específicos (que, ao serem apropriados subjectivamente, podem ser transformados). Interessa-nos nesta secção discutir alguns aspectos que, até ao final do século XIX, possibilitaram a imposição do jornalismo predominantemente noticioso (*penny press*) sobre o jornalismo predominantemente opinativo (*party press*) (SOUSA, 2002, p.9).

O jornalismo contemporâneo, considera João Carlos Correia (1998), tem início no século XVI e irá atravessar diferentes estádios até chegar aos nossos dias. Para compreender este marco temporal importa coloca-lo em perspetiva: data desse período, e no intervalo que se segue até ao século XVIII, uma série de mudanças no pensamento europeu – resultantes, principalmente, da Reforma Protestante, do Humanismo Renascentista, de revoluções científicas e do Iluminismo (HALL, 2011, p.26) –, que terão um profundo impacto na organização social das sociedade. Numa verdadeira ruptura com o passado, deslocando Deus do centro do Universo, ‘nasce’ um novo sujeito, soberano de seu destino: racional, tanto na consciência como na ação. Esta “pulsão para a discussão racional, para o questionamento permanente, para a vontade de saber mais” (COELHO, 2015, p.22) é essencial para a constituição e desenvolvimento do jornalismo enquanto espaço privilegiado de formação da Opinião Pública:

O mundo moderno e secular nasceu, verdadeiramente, quando as pessoas deixaram de começar o dia a pedir a ajuda de Deus em orações, para reclamarem essa ajuda da nação, através da leitura do jornal (CAREY, 2007 *apud* COELHO, 2015, p.31).

Apesar de vinculados a máquinas partidárias ou empreendimentos econômicos, portanto fortemente condicionados por essas ideologias, servindo os interesses de um público reduzido e privilegiado – a classe burguesa mercantil –, os jornais dos séculos XVIII e XIX assumem o importante papel de promover o debate público e monitorizar o exercício de poder – princípios esses que sobreviverão ao passar do tempo e se constituirão como alicerce do jornalismo moderno (ainda que em novos moldes). Sobre os jornalistas portugueses daquele período, Jorge Sousa (2009) diz-nos que muitos



eram, sobretudo, cidadãos com ambições políticas que fundavam jornais doutrinários ou que colaboravam com estes para progredirem politicamente. Ser redactor, isto é articulista, tendo a missão de redigir os artigos políticos, era, assim, a grande ambição de muitos os que se diziam jornalistas, que usavam o jornalismo para promoção pessoal. [...] Outros ainda ambicionavam tornarem-se conhecidos como publicistas, isto é, como divulgadores das novas ideias, como Latino Coelho. Esses “escritores de jornais” não sentiriam, certamente, pertencer a uma classe profissional, mas apenas a uma elite letrada e politizada que usava os jornais para fazer política ou “elevar os espíritos”.

Em função das alterações que a industrialização exige, o modelo de jornalista acima citado iria em breve ser revisto. Motivada social, econômica, política e tecnologicamente, é imposta uma lógica de

produção em série; regras precisas de construção da sua mercadoria; existência de uma profissão dotada de uma ética, de saberes e de tecnologias próprias; interesse profundo na recepção e agradabilidade por parte das grandes multidões que animam a vida das grandes cidades com vista à recuperação do investimento (sic) efectuado; dotada de um poderoso efeito integrador nas sociedades modernas. (CORREIA, 1998, p. 2)

Compreendemos neste período o surgimento da imprensa direcionada para as massas, ocasionando assim a proliferação do número de publicações e o consequente aumento de tiragens. Neste processo, surge também a “comercialização da imprensa – informação como mercadoria que visa o lucro; e ao crescimento e institucionalização de um novo grupo social – os jornalistas.” (LOPES, 2010, p.1). O importante papel que a publicidade começa a ocupar na produção jornalística permite uma maior autonomia em relação aos projetos políticos, poderíamos pensar. Contudo, quando os Governos instituem taxas sobre este mercado, de forma a regulá-lo, o mesmo permanece ainda assim circunscrito a determinados proprietários, que viram na relação com a imprensa a oportunidade para reforçar o seu poder econômico e ideológico, focando, para isso, atenção preferencial em públicos-alvo específicos. Assim,

os jornais conotados com os movimentos trabalhistas e socialistas depararam com pouca receptividade por parte dos anunciantes predominantemente conservadores que recusaram suportar economicamente jornais com tendências que contrariassem os seus interesses econômicos ou preconceitos políticos (sic). (CORREIA, 1998, p. 3)

Pontuamos esta relação de forma a salientar que o jornalismo noticioso, surgido da industrialização, não funciona unicamente numa lógica de mercado, em que a procura de lucro é suficiente para justificar a sua materialidade. Essa influência é



inegável, mas, para pensarmos as relações que o permeiam, necessitamos levar em conta a sua complexidade, evitando reduzi-lo a uma única, e simplista, fórmula explicativa. Diremos que é importante pensar a influência do capital não apenas ao nível da procura de lucro, e assim numa perspectiva de mercado, mas também ao nível da institucionalização de regras técnicas e metodológicas que legitimam o jornalismo, e assim considerá-lo numa perspectiva social (essas duas vertentes, claro, estão intimamente relacionadas, mas, julgamos, não são equivalentes).

Tal como o nome indica, é com este jornalismo que surge a notícia tal como a conhecemos hoje. Objetividade e imparcialidade são noções que ganham importância no trabalho jornalístico, orientando a produção para a verdade dos fatos, independente dos valores e crenças dos produtores. Neste período é estabelecido o elo entre interesse público (propósito sobre o qual o trabalho dos jornalistas se legitima) e interesse comercial (base sobre a qual as empresas de comunicação se mantêm): ambos procuram alcançar um público cada vez maior, mas de forma neutral, distanciada de partidarismos e respeitando a diversidade de “credos e proveniências sociais” (CORREIA, 1998, p.3). Esta crença de que o jornalismo pode atuar em prol do interesse público, exercendo para isso a função de espelho da realidade, revelar-se-ia demasiadamente frágil perante uma série de críticas que entretanto se lhe opuseram. Ainda assim, ao consultarmos o Estatuto do Jornalista em Portugal, verificamos que essa noção ainda se constitui como dever do profissional: “Informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião” (PORTUGAL, 2007, p. 8054). Outro documento (auto-)regulatório, que orienta a ética dos profissionais portugueses – o Código Deontológico do Jornalista (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 1993) –, define que

O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.

Em ambos os documentos é frisada a necessidade de demarcar fatos (ou, noutros termos, notícias) de opinião, devendo a informação ser trabalhada com rigor, isenção e, até, desinteresse – “o jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse” (SJ, 1993). Estes elementos são constituídos historicamente, resultado dos contextos sociais em que foram gestados. A eles relacionados, os critérios e métodos de seleção e construção das notícias modificam-se, respondendo à necessidade de standardização com que o mercado opera – não ao nível



dos produtos mas ao dos processos (reconhecemos nesta lógica uma contrariedade que nos pode ajudar a refletir sobre a qualidade do jornalismo atual): é necessário construir valor que diferencie as mercadorias – as notícias – dos concorrentes no mercado, mas também é procurada a estabilização desse valor interno ou, melhor dizendo, dessa identidade, para que o público – no maior número possível – se possa identificar e fidelizar (ao menos, assim é pretendido). Para alcançar essa objetividade, neutralidade e independência, que legitimam o jornalismo noticioso (simultaneamente ‘desinteressado’ - nos assuntos que trata - e ‘engajado’ - na construção de um espaço social integrador e formador da Opinião Pública, ou seja, trabalhando com/para a homogeneização das subjetividades), o profissionalismo dos jornalistas revela-se fulcral:

Os meios jornalísticos industrializados queriam repórteres polivalentes que se devotassem a tempo inteiro ao jornalismo e não “políticos de jornal” nem “escritores de jornal” (apesar da importância dos folhetinistas), que faziam do jornalismo uma ocupação e não uma profissão e da escrita uma arte literária e/ou persuasiva mais do que uma competência técnico-profissional. Os jornalistas começaram, em consequência, a adoptar critérios profissionais de elaboração da notícia, abandonando um estilo pessoal, emotivo ou literário. O lead noticioso, a técnica da pirâmide invertida, a factualidade no relato, os procedimentos de objectividade, fizeram, nessa época, a sua aparição [...] contribuindo para a autonomização destes profissionais, para a consolidação do jornalismo como profissão e para a edificação de uma cultura e de uma ideologia próprias. (SOUSA, 2009, p.3/4)

Este processo, que responde às necessidades das empresas, resulta também na melhoria do estatuto dos jornalistas, no aumento da autonomia dos mesmos enquanto classe, e no cultivo de uma cultura com valores e competências específicas (Ibid. p.5). Para além disto, a crescente percepção de que o jornalismo se vincula, cada vez mais, à ideia de negócio, produz uma separação entre os proprietários e os jornalistas, o que, no caso dos últimos, estimula a ideia de que será necessária proteção sindical e legal, à semelhança do que acontecia com outros trabalhadores (SILVEIRINHA; CAMPONEZ, 2012, p. 61).

Apresentadas algumas das particularidades que compõem o processo de profissionalização de jornalistas, torna-se claro que o debate em torno desse assunto está longe de ser encerrado, sendo possível identificar várias perguntas que, ao não serem novas, continuam sem respostas cabais:

O que é jornalismo? Em que consiste o trabalho fundamental do jornalista? O que é que um jornalista precisa de saber para poder desempenhar a sua função? Que teoria do jornalismo existe, ou deveria ser desenvolvida, que possa servir de base ao ensino profissional desta disciplina? Que tipo de formação é a mais adequada



para proporcionar esta aprendizagem? Acadêmica ou profissional/vocacional? Que outras disciplinas acadêmicas podem contribuir para o ensino do jornalismo? Como se articulam essas disciplinas com a matéria central do jornalismo? (FRENCH, 2006 *apud* CORREIA, 2011, p.133)

QUE PROFISSIONALIZAÇÃO, QUE PROFISSÃO, QUE PROFISSIONAIS?

Motivada inicialmente pelo imperativo comercial, a profissionalização de jornalistas é posteriormente assumida, inclusive pelos próprios, como condição necessário ao ‘saber fazer’, ou seja, à competência de exercer essa atividade, assim vinculada a uma ideologia de responsabilidade profissional (assente no dever de espelhar os fatos tal como eles são) (SOUSA, 2009). Independência, neutralidade e objetividade, pilares do profissionalismo, são os padrões que irão pautar o tipo de jornalismo hegemônico na atualidade. O que começa por dar início a este processo – o capital –, com todas as incongruências que pode significar, ao ser relacionado à procura de uma sociedade mais justa, ajudou a inculcar, perante a sociedade e perante os próprios jornalistas, a missão que os viria a legitimar:

O jornal assume, diariamente, a responsabilidade de converter-se em defensor da cidadania frente aos hipotéticos abusos e injustiças do poder. A sua arma será a objectividade, esgrimida como modo de compromisso com uma audiência que julga diariamente os actos e ideias publicamente difundidos. (GARCÍA GONZÁLEZ, 1999 *apud* SOUSA, 2009, p.)

Esta construção teórica conduz-nos à conclusão de que a importância, benefícios e malefícios desse processo, na sua gênese e desenvolvimento, devem ser colocados em questão. Ainda que defendamos que a crescente exigência técnica, teórica, e não só, feita a estes atores sociais, resultante da também crescente complexidade das sociedades atuais, demanda uma atividade que não mais pode ser pautada, como em outros períodos históricos, pelo autodidatismo, defendemos também que o acesso à profissão deve ser repensado, contemplando duas preocupações centrais: o reforçar da sua legitimidade, através de uma reflexão – que englobe jornalistas e Opinião Pública – sobre responsabilidades e métodos no exercício da profissão; a garantia, ou ao menos o debate e procura, de condições (estruturais – laborais, de formação, de segurança) que permitam uma atividade aproximada do seu ideal.

Como já referido, concordamos que um dos problemas do jornalismo deriva da multiplicidade de caminhos que permitem o acesso à profissão. Não nos referimos apenas aos países (de que é exemplo Portugal) que consideram o diploma em jornalismo



uma possibilidade, em vez de necessidade, mas também da multiplicidade de realidades que existem dentro do universo acadêmico, que em relação ao jornalismo continua disperso nas teorias, modelos metodológicos e pedagógicos. Esta falta de standardização, tanto ao nível dos requisitos, como ao nível da formação, pode contribuir, no nosso entender, para a concepção do jornalista como o profissional que, de forma permanente e remunerada, trabalha a informação num meio de comunicação, ao invés de relacionar a profissão a um conjunto de reflexões, competências e responsabilidades necessárias. A estas reflexões acrescentamos ainda a da relação, nem sempre fácil, entre prática e teoria, entre a academia e o exercício da profissão nas redações, duas instâncias que Eduardo Meditsch (2004, p.26) considera “pouco maleáveis, ciosas de seus costumes, extremamente vaidosas e pouco receptivas às opiniões externas”. Salientamos contudo que o íntimo relacionamento entre ambas deve(ria) ser a regra, caso contrário, a prática “fica condenada a ser uma prática burra, e a teoria por sua vez se reproduz indefinidamente sem rumo e sem capacidade de agir sobre a realidade” (MEDITSCH, 1999, p.5). Refletindo acerca das mudanças verificadas nos cursos de jornalismo ao longo dos anos, Meditsch (1999, p.5) conclui que “cada nova teoria ensina que as anteriores não tinham importância, mas todas garantem ser mais importantes do que as práticas.” Por outro lado, Paula Rocha (2008b, p.4) defende que

na valorização do profissional pesa mais sua experiência profissional, especializações e outros complementos do que sua formação acadêmica em jornalismo. [...] Os mais famosos e conhecidos são aqueles que aparecem principalmente nos telejornais, por serem vistos e ouvidos por um público maior, pertencente a todos os estratos sociais e faixas etárias.

Estes são apenas alguns dos pontos que ajudam a pensar a cultura profissional dos jornalistas, na sua mutabilidade, feita de altas fronteiras movediças. Levando em conta a atualidade, julgamos ser possível destacar alguns temas que, sendo comuns a todos os profissionais, independentemente do seu percurso, podem contribuir para uma discussão mais alargada sobre o presente e futuro da profissionalização, da profissão e dos próprios profissionais. Focamos aqui um desses pontos: a proletarização e precariedade da profissão.

Em Portugal, aquando do 3º Congresso Nacional dos Jornalistas, Diana Andringa, então presidente do Sindicato dos Jornalistas, lembrava:



Nós jornalistas, de tanto convivermos com o poder, temos, por vezes, uma errada percepção sobre o nosso estatuto: mas não somos profissionais liberais; somos trabalhadores por conta de outrem, muitas vezes em situações precárias e sempre sujeitos a uma intensa competição, numa profissão a que se chega quando alguém nos contrata para exercê-la (ANDRINGA, 1998 *apud* SILVEIRINHA; CAMPONEZ, 2012, p. 69)

Esta declaração mostra-se pertinente ao colocar em suspensão os valores de liberdade e independência com que o jornalismo se identifica, numa sociedade industrial que o percebe como fiscalizador dos poderes que muitas vezes o moldam (e constroem). Não quer isto dizer que percebemos os jornalistas como totalmente assujeitados às forças em que estão enquadrados, mas antes que o seu espaço de ação pode e deve ser contextualizado, para depois se procurar expandi-lo.

Entre os fatores que contribuem para a precariedade profissional apontamos a concentração de propriedade das empresas de comunicação, o que restringe a “mobilidade e, como consequência, novas possibilidades de emprego” (COELHO, 2015, p.62), forçando o jornalista a adaptar-se à lógica da empresa em que trabalha. Tal resulta no controlo de eventuais choques ideológicos dentro da organização e na diminuição de autonomia intelectual. Ainda assim, Pedro Coelho (2015, p.63) acredita – e nós também – que “há, em cada jornalista, uma fronteira mental que não pode ser ultrapassada. A ética individual, a formação moral e cívica estabelecem e definem essas linhas intransponíveis”⁶. Essas barreiras não são, portanto, naturais, e por isso o processo de formação deve ser sempre questionado e incentivado, se entendermos o jornalismo como uma das atividades (re)construtoras de realidades sociais ao serviço da democracia. A importância de tal processo se revela por demais necessário se observarmos a realidade.

Hélder Bastos (2014) traça um quadro bastante negativo do jornalismo lusitano (que, de resto, se mostra em sintonia com a crise sócio-econômica que tem marcado o país neste segundo milênio): uma crise econômica generalizada – em 2014, apenas 51,1% da população ativa estava empregada: dados estatísticas que se aproximam dos registados em 1980 –, decadência do mercado publicitário – entre 2004 e 2013, três dos principais grupos de *media* portugueses cotados em bolsa (Impresa, Media Capital e Cofina), viram as suas receitas publicitárias diminuir em um terço – e quebra de audiências (em especial da imprensa em suporte físico) – baseados em dados da

⁶ Como exemplo, o autor aponta nomes como Bob Woodward, Homer Bigart, John Crewdson, David Burnham ou Diana K. Sugg.



Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT⁷), constatamos que entre o 1º bimestre de 2003 e o 1º bimestre de 2015, a circulação total dos diários generalistas de âmbito nacional (*Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Público e Diário de Notícias*) diminuiu 35,8%⁸ –, são as principais razões para o justificar. Esta proletarização, que resumidamente é descrita como a substituição dos profissionais com mais experiência pelos mais novos, que aceitam uma carga laboral mais pesada, vínculos laborais mais precários e salários mais baixos, resulta de uma pressão que, simultaneamente, é

laboral (despedimentos, instabilidade de emprego, precariedade, diminuição dos salários reais, desrespeito pela contratação coletiva, emagrecimento das redações, imposição da polivalência funcional), profissional, ética, empresarial, político-ideológica e de autonomia. (CORREIA, 2012 *apud* BASTOS, 2014, p.42)

Em relação ao desemprego, citamos dados do Sindicato dos Jornalistas⁹, que em 2012 já alertava para o aumento: devido a processos de despedimento ou rescisões, nos três anos anteriores, pelo menos 516 jornalistas haviam recorrido ao subsídio de desemprego. Com um aumento de 16,5% nos novos pedidos de subsídio, em relação ao ano anterior, o início de 2012 não se mostrava animador. Arriscamo-nos a dizer que, desde então, a situação não terá melhorado substancialmente (se é que melhorou de qualquer forma).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os fatores que possibilitam a compreensão do jornalismo como profissão são múltiplos, por vezes contraditórios, continuando em transformação na atualidade, moldando a formação, identidade e exigências que lhe são feitas. Assim, esse processo revela-se ambíguo, por alguns celebrado, por outros olhado com mais desconfiança.

Joaquim Salgado (*apud* SOUSA, 2009, 7) vê na profissionalização o fenômeno que motiva a proletarização:

tal sistema anulou, senão no todo, pelos menos numa grande parte, aquilo que no jornalismo e no jornalista havia de

⁷Dados disponíveis em http://www.apct.pt/Analise_simples.php acesso em 25 maio 2015.

⁸ Apesar das limitações desta análise, que não toma em conta as audiências relativas à televisão, rádio e, principalmente, das empresas –inclusive aquelas analisa das – em suporte digital, compreendemos estes dados como representativos de uma realidade preocupante, tendo em conta o envelhecimento da população portuguesa.

⁹ Para consulta, disponível em http://www.jornalistas.eu/ficheiros/1933247647_Desemprego_2012_balanco_e_alertas_verspublic.pdf Acesso em 25 maio 2015



independência e espontaneidade, ou seja, a expressão mais forte e mais cara da sua inteligência e da sua personalidade.

João Carlos Correia (1998, p.8) faz críticas no mesmo sentido: alertando para o fato de que, ao buscarem legitimar a profissão, no seio da socialização empresarial, através da assimilação de regras técnicas e éticas, os jornalistas arriscam-se a protelar a busca de “um saber reflexivo, isto é um saber que questione o próprio saber. Ora, este tipo de saber - que questione o próprio saber adquirido - é provavelmente um dos mais urgentes”. Estas críticas materializam as preocupações sobre as possibilidades da instrumentalização do jornalismo. Estarão os valores fundantes do jornalismo industrial ao serviço dos poderes econômicos e ideológicos dominantes nas sociedades? Consideramos tal preocupação legítima e necessária, desde que não se mostre totalitária, instigadora dos discursos que confundem “a participação dos cidadãos com o abaixamento dos níveis de exigência de responsabilidade social” (CORREIA, 2012, p. 98), apologistas de uma ‘desprofissionalização’ que, num revival positivista, comemora os saberes empíricos.

Um debate aberto, mas crítico, englobando diferentes visões que se debruçam sobre o jornalismo atual, com vista ao futuro, parece-nos a posição mais frutuosa. Uma aproximação às diferentes posições, que valorize as fronteiras, compreendendo nelas a abertura necessária para inovar e avançar.

Jornalismo como um ofício de fronteira, “um ofício que se fortalece incorporando outros” (COELHO, 2015, p.44), respondendo assim à complexificação do mundo, baseando-se em regras técnicas, éticas e teóricas o suficiente para não tornar o jornalismo numa atividade à deriva, mas crítica o suficiente para compreender que a mudança é parte constituinte da realidade, que a alteridade é imprescindível no significado e na significação, e que a diversidade de posturas perante o jornalismo deve ser olhada sob uma perspectiva inclusiva, ao invés de tomado o partido da exclusão e/ou assimilação.

Referências bibliográficas

BASTOS, Hélder. **Da crise dos *Media* ao desemprego no jornalismo em Portugal**. Revista Parágrafo, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/232/262> Acesso em 20 maio 2015



COELHO, Pedro. **Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação.** Covilhã: Labcom Books, 2015.

CORREIA, João Carlos. **Algumas reflexões sobre a importância da formação universitária dos jornalistas.** BOCC, 1998. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-formacao-universitaria-jornalistas.pdf>> Acesso em: 14 maio 2015

_____. **O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos.** Covilhã: Labcom Books, 2011.

_____. **A Construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada.** In CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro. **Pesquisa em Media e Jornalismo, Homenagem a Nelson Traquina.** Covilhã: Labcom Books, 2012.

FIDALGO, Joaquim. **Novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício? A redefinição da profissão de jornalista.** RepositoriUM, 2005. p.1-16. Disponível em <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7448/1/Fidalgo%20J.%282005%29-Desafios%20jornalismo.pdf>> Acesso em: 22 abril 2015

GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os Discursos dos Jornalistas Freelancers sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção.** Dissertação de mestrado. São Paulo: Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 2012. 273 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011

LOPES, Paula. **Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica.** BOCC, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-lobes-linguagem.pdf>> Acesso em 14 maio 2015

MEDITSCH, Eduardo. **A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência inspirada em Paulo Freire.** Revista Comunicação e Sociedade, v. 5, 2004. p. 25-38.

_____. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo académico do jornalismo.** BOCC, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>> Acesso em 10 maio 2015

PORTUGAL. **Lei nº 64/2007.** 2007. Disponível em <http://www.erc.pt/documentos/legislacao/Lei64_2007.pdf> Acesso em: 24 maio 2015



ROCHA, Paula Melani. **A importância da formação do profissional jornalistas e sua relação com o meio ambiente social no século XXI**. BOCC, 2008a. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-importancia-da-formacao-do-jornalista.pdf>> Acesso em: 14 maio 2015

_____. Paula Melani. **A importância do jornalismo como ciência no processo de profissionalização da carreira**. BOCC, 2008b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-importancia-jornalismo.pdf>> Acesso em 24 maio 2015

SIDICATO DOS JORNALISTAS. **Código Deontológico dos Jornalistas**. 1993 Disponível em: <<http://www.jornalistas.eu/?n=24>> Acesso em 24 maio 2015

SILVEIRINHA, Maria João; CAMPONEZ, Carlos. **Intelectualidade, autonomia e desprofissionalização – Regresso a questões candentes**. In CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro. **Pesquisa em Media e Jornalismo, Homenagem a Nelson Traquina**. Covilhã: Labcom Books, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Os pioneiros da teorização do jornalismo em Portugal e a definição do território do jornalismo e dos jornalistas**. Revista Culturas Midiáticas, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/11708/6733>> Acesso em: 10 maio 2015

_____. SOUSA, Jorge Pedro. **Construindo uma teorizado jornalismo**. BOCC, 2002. p. 2-19. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>> Acesso em: 10 maio 2015